



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 191, DE 2020

Nos termos do artigo 20, inciso XXIV da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requer seja oficiado ao Governo do Estado de São Paulo, para que preste informações sobre os contratos constantes do PROCESSO nº 53.634/12, firmado entre a Diretoria da DERSA e as empresas SERVENG-CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA e CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A, cujo objeto é a Execução de obras e serviços de implantação dos contornos norte e sul de Caraguatatuba e São Sebastião - empreendimento Nova Tamoios Contornos, assim como, dos Processos nº 54.283/13 - Ctt. 4349/13; e 54.284/13 - Ctt. 4350/13, ambos firmados com a Construtora OAS S.A., cujo objeto é a execução de obras de implantação do Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas.

1. Requeiro seja esclarecido o que originou a inexecução parcial do contrato?
2. Requeiro seja informado quais os valores despendidos até a revogação dos contratos?
3. Requeiro seja informado se a Dersa deu causa a algum atraso no pagamento das obras, objeto dos contratos em referência?
4. Requeiro seja informado se foi instituída multa contratual às empresas ante a rescisão unilateral e ao não cumprimento dos contratos em referência.
5. Requeiro seja informado quais os prejuízos causados pelas empresas e quais as medidas porventura cabíveis foram tomadas pelo Estado no sentido de reverter as perdas ocasionadas na inexecução dos contratos acima?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

No dia 15 de abril de 2020, o Jornal Folha de São Paulo noticiou que a "Gestão poupa de sanções firmas suspeitas em obras bilionárias em SP".

Segundo a reportagem, problemas no Rodoanel Norte e na Tamoios, além da linha 06 do Metrô, teriam dado imenso prejuízo aos cofres públicos.

Diante disso, e na qualidade de Membro Efetivo da Comissão de Assuntos Metropolitanos desta Casa Legislativa, assim como o fato de que o site do Portal da Transparência não foi possível localizar maiores informações sobre os questionamentos acima, é que se formula o presente requerimento.

Ademais disso, é fato que o uso do erário de forma inadequada, sem transparência ou com dificuldade de auditoria, causa, realmente, enormes prejuízos.

Nesta conformidade, apresento este requerimento como propositura de relevante interesse público.

Sala das Sessões, em 15/4/2020.

a) Dr. Jorge do Carmo